

# **“A vergonha de 1777”: história e historiografia luso-brasileira da ocupação espanhola da Ilha de Santa Catarina.**

Augusto da Silva.

Cita:

Augusto da Silva (2013). *“A vergonha de 1777”: história e historiografia luso-brasileira da ocupação espanhola da Ilha de Santa Catarina. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/606>

**“A VERGONHA DE 1777”:  
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA DA OCUPAÇÃO  
ESPANHOLA DA ILHA DE SANTA CATARINA**

Augusto da Silva  
Universidade Federal de Sergipe  
augusto1755@gmail.com

No dia 23 de fevereiro de 1777, o recém nomeado vice-rei, governador e capitão general das Províncias do Rio da Prata, d. Pedro de Cevallos, a frente de uma frota de aproximadamente uma centena de embarcações e cerca de 9.000 homens, desembarcava na Ilha de Santa Catarina, dando início a uma ocupação que perduraria por cerca de um ano e quatro meses (BARBA, 1978: 258).<sup>1</sup> Essa ação fazia parte das pretensões da coroa espanhola de domínio sobre os territórios ao norte do Rio da Prata. Pretensão essa abalada no ano anterior face a reconquista dos territórios do Rio Grande de São Pedro pelos portugueses. Não me ocuparei aqui com a série de eventos que antecederam a tomada da ilha por Cevallos e nem tampouco dos fatores políticos e econômicos que explicam essas ações.<sup>2</sup> O objetivo deste artigo é de problematizar tanto o discurso das autoridades portuguesas sobre a queda “vergonhosa” da ilha, como também a própria historiografia luso-brasileira sobre esse acontecimento. Minha hipótese de trabalho é de que essa historiografia acabou por reproduzir o discurso das autoridades lusitanas sem questionar devidamente as posições, tempo e lugar de quem pronunciou esse discurso. Um erro corrente na historiografia do século XIX, e mesmo depois, foi de trabalhar com a ideia de impérios coesos e unitários nos séculos XVII e XVIII, transpondo para aquele passado distante a noção de unidade estatal, territorial e mesmo identitária que não existia. Este artigo tem como objetivo problematizar essa noção de unidade, que não concebeu a especificidade e relativa autonomia daquela formação colonial nos planos político, econômico e social.

A ocupação espanhola da ilha em 1777 foi, sem dúvida, um marco para a história do império português, não tanto sob o aspecto econômico, pois, os dois maiores rendimentos daquele estabelecimento colonial, o dízimo e a pesca da baleia, eram administrados por particulares que arrematavam os contratos, repassando as rendas

---

<sup>1</sup> Don Pedro de Cevallos era o chefe da empresa; o comando da esquadra estava a cargo do Marquês de Casa Tilly.

<sup>2</sup> Essas e outras informações encontram-se em: (BARBA, 1978; LOBO, 1875; ALDEN, 1968; e MONTEIRO, 1979).

antecipadamente para a fazenda real. O mais importante deles, o contrato da pesca da baleia, pouco prejuízo resultou à coroa portuguesa. Em 1765, foi assinado um contrato de 12 anos, o seja, até o ano de 1777, por 32:000.000 de réis anuais para exploração dessa pescaria em toda a costa do Brasil e renovado, ao mesmo grupo mercantil, provavelmente após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1.10.1777, por mais 12 anos, na quantia de 40:000.000 de réis anuais (ELLIS, 1958: 29-54). O problema maior de ter a ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro sob domínio espanhol é que se colocava em sério risco territórios mais valorizados do ponto de vista econômico como o Rio Grande de São Pedro, São Paulo e até mesmo o sertão mineiro.

No aspecto político, essa ocupação deve ser inscrita no conjunto de fatos que sacudiram o império nesse momento: a morte do rei d. José I (24 de fevereiro de 1777), a queda do marquês de Pombal, a celebração do Tratado de Santo Ildefonso (1 de outubro de 1777) e a própria substituição do vice-rei do Brasil, o marquês do Lavradio, dois anos depois.

O fato, talvez, mais marcante desse evento esteja no plano cultural e simbólico. A rendição da ilha – a “capitulação de Cubatão”,<sup>3</sup> como foi chamada –, sem que a sua guarnição oferecesse o mínimo combate, soou como uma terrível e humilhante derrota na América e no reino. Como dizia o marechal de campo e engenheiro-militar francês Antônio de Ville Tolozano, o governador devia estar isento de dois vícios: a temeridade e a covardia (1708: 444 e 445). A entrega de uma praça militar, ou de um forte ao inimigo sem que o comandante oferecesse qualquer resistência era muito mais que uma desonra, consistia mesmo em crime contra a monarquia, motivo pelo qual alguns militares preferiram desertar a serem submetidos ao Conselho de Guerra. Possivelmente, essa foi a motivação do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Engenheiro-militar e cartógrafo com mais de 20 anos de serviços prestados à Portugal, Sá e Faria foi o oficial representante a acertar os artigos da capitulação da ilha com Cevallos. Após esse ato optou por abandonar o serviço de seu rei e servir ao de Espanha, radicando-se na cidade de Buenos Aires, onde viveu até o seu falecimento em 9 de janeiro de 1792 (SANTILLÁN, 1961: 297).

A notícia de terem os portugueses abandonado a ilha de Santa Catarina sem fazer a menor resistência saiu na Gazeta de Madrid e se fez logo patente a toda a

---

<sup>3</sup> Cubatão é um rio que tem nascente na serra do Taboleiro, no continente, e corre os rumos de nordeste a leste até desaguar na baía sul da ilha de Santa Catarina. Cf. PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. *Dicionário topográfico, histórico e estatístico da província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003.

Europa. Quem lamentava isso era o Secretário de Estado português Martinho de Melo e Castro em carta ao vice-rei do Brasil Marquês do Lavradio em 22 de junho de 1777. E dizia ele também:

Esperávamos com impaciência as Relações de V. Exa. e nelas a certeza de termos ao menos salvado a Honra da Nação (...) [mas] acabamos de receber a confirmação da perda daquele importante Estabelecimento, a qual sendo para esta Coroa das maiores consequências, é infinitamente menor que o fatal e irreparável golpe com que os figurados e infelizes Defensores daquela Colônia, esquecidos inteiramente de tudo quanto devem à Pátria em que nascerão, se deixaram preocupar de um Terror pânico, sepultando nas Praias de Santa Catarina toda a sua reputação e honra com eterna ignomínia do Nome Português.<sup>4</sup>

E não era menor a tristeza do Marquês do Lavradio. Comunicando o acontecido ao governador da Bahia, manifestava o seu profundo pesar diante daquela derrota:

Veja V. Ex. qual terá sido a minha dor e a minha consternação. Eu não sei o como me não tem estalado o coração por toda a parte. Esta dor é daquelas que quanto mais se lhe procura o remédio, menos alívio se lhe encontra. Eu conheço que é necessário revestir-me de toda a constância e desafoço, para poder obrar o que devo, para restaurar a honra e glória da nação; porém se Deus me não der forças, eu não poderei resistir.<sup>5</sup>

O marquês de Pombal sofreu também as consequências dessa derrota militar. Uma das acusações dirigidas contra ele, após ser substituído no ministério, era de que “a Praça de Almeida, e a ilha de Sta. Catarina foram entregues aos castelhanos por ordens particulares” dele.<sup>6</sup>

Podia-se questionar sobre as condições concretas da guarnição portuguesa que se encontrava na ilha de Santa Catarina<sup>7</sup> – do número e qualidade das tropas, dos seus armamentos e embarcações em comparação com a Armada espanhola (cerca de cem embarcações contra pouco mais de dez portuguesas!), das fragilidades do seu sistema defensivo (o desembarque espanhol na ponta das Canasvieiras mostrara que as barras

---

<sup>4</sup> Archivo General de la Nación. *Campaña del Brasil – Antecedentes Coloniales*. Vol. III. Buenos Aires: Kraft, p. 466 e 467.

<sup>5</sup> *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ)*, v. 32, 1914, p. 349. Ofício do vice-rei marquês do Lavradio ao governador da Bahia, em que lhe dá parte de ter o general Antônio Carlos Furtado de Mendonça abandonado a ilha de Santa Catarina e várias notícias relativas à esquadra espanhola, em 24.3.1777.

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), PBA, 695, mf. 1635. Em 2.4.1777, Pombal apresentou o documento *Apologias que tenho escrito sobre cada uma das calúnias, que a ingratidão, e a inveja espalharam contra mim no grande povo de Lisboa, depois da minha ausência*. Ver *Décima Quarta Apologia*, fl. 177. A Praça de Almeida situa-se na Província de Beira Alta, em Portugal, fronteira com a Espanha.

<sup>7</sup> Para uma análise mais aprofundada dessas questões ver: (ALDEN, 1968; PIAZZA, 1978; MOSIMANN, 2003).

norte e sul não eram as únicas portas de entrada na ilha) etc –, mas não se trata de fazer aqui juízo sobre a atitude dos responsáveis pela capitulação. Refletindo mais sobre os desdobramentos do fato, sabe-se que o governador Pedro Antônio da Gama Freiras, o comandante da guarnição, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e outros oficiais do exército foram levados ao Conselho de Guerra, presos e tiveram seus bens sequestrados, até que, em 14 de janeiro de 1786, um decreto real mandava que os “referidos autos, sentenças e informações” fossem “recolhidos à Secretaria de Estado da Repartição da Guerra, para nela se guardarem com o maior segredo e recato a fim de que este negócio” ficasse “em perpétuo esquecimento”.<sup>8</sup> Infelizmente, o perdão chegava tarde demais para alguns que, a essa altura, já haviam morrido na prisão.

Mas a tentativa de apagar da memória acontecimento tão nefasto seria em vão. As autoridades, os memorialistas e, sobretudo, os historiadores tratariam de alimentar no imaginário das gerações subsequentes, a ideia da queda “vergonhosa” da ilha de Santa Catarina em 1777. Segundo José Arthur Boiteux, a tomada da ilha por Cevallos constituía em “página que deslustraria os foros de bravura e heroísmo” da história catarinense (1929: 13). Em 1944, o general Vieira da Rosa proferia uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina com o título “A vergonha de 1777”, “não para verberar uma covardia coletiva que não houve, mas para causticar a memória dos chefes que cometeram um crime de lesa-pátria” (1944: 25). E a culpa maior da tragédia recairia sobre o governador Pedro Antônio da Gama Freitas, que foi caracterizado como aquele que “entregou esta ilha aos espanhóis” (MEMÓRIA HISTÓRICA, 1913: 5); ou, como um homem que não obstante “fosse dotado de excelentes qualidades careceu de energia e resolução para obstar o desembarque [deles] na ilha, a qual entregou sem queimar uma escorva” (PAIVA, 2003: 35); ou ainda, como aquele que se esqueceu de lembrar “que era governador da província, quando os espanhóis” se apoderaram dela (COELHO, 1877: 64).

Observa-se que essa representação negativa da “queda da Ilha” deixou marcas ainda mais profundas na historiografia e, portanto, na memória social, pois, o ano de 1777 aparece como um ponto de inflexão na história política de Santa Catarina demarcando uma fase anterior de decadência, de governadores inábeis, despóticos ou violentos e uma fase posterior caracterizada por governadores reconstrutores. Afora José da Silva Paes, que aparece geralmente como o herói-fundador da “capitania” –

---

<sup>8</sup> BNL, PBA, 653, fl. 267.

governador que “prestou relevantes serviços à província, tanto a respeito da defesa do país [...] como pelo que pertence à política, comércio e lavoura” (PAIVA, 2003: 33) homem repleto de virtudes e capacidades –, os governadores que se seguiram até Pedro Antônio da Gama Freitas (1775-1777) pouco teriam feito para o seu desenvolvimento. O governo de Manoel Escudeiro (1749-53) não zelou pelo “aumento e prosperidade dos povos e conservou-se quase em inação” (COELHO, 1877: 34); o de Francisco Antônio Cardoso de Meneses (1762-65) “foi uma calamidade para Santa Catarina, pois o povo se viu obrigado a trabalhar nas obras públicas, e a fazer exercícios militares, não dispensando os próprios lavradores, do que resultou o atraso da lavoura e do comércio”, e no governo de Francisco de Sousa de Meneses (1765-75) “não foi mais feliz o povo” (PAIVA, 2003: 34). O visconde de São Leopoldo chegou inclusive a dizer que após a chegada do primeiro governador, José da Silva Paes, e dos quatro mil colonos de Açores, entre 1748 e 1756, “nada digno de memória ocorreu nos períodos intermédios, até o estrondoso feito” da invasão espanhola (PINHEIRO, 1982: 222).

Bem diversa foi a avaliação que esses historiadores fizeram dos governadores nomeados pós-1777. Francisco Antônio da Veiga (1778-79)

deu provas mais evidentes da sua probidade, aptidão, liberalidade, amor das tropas e caridade. No curto espaço de seu governo reconvocou os povos dispersos para se empregarem na lavoura e seus prédios, e os soldados abandonados por causa da guerra, reuniu e empregou de novo no serviço da guarnição da praça. Organizou os tribunais e reparou os estragos que o inimigo causara.

Saindo do governo, deixou “os povos submergidos em grande pesar e cheios de reconhecimento e gratidão” (COELHO, 1877: 64). Francisco de Barros Morais (1779-86) foi “observante exato da lei, distribuiu justiça imparcial. Procurou os meios de reparar as ruínas da província. [...] Prosperando o comércio e a lavoura, começaram a aparecer lojas abertas e negociantes. Construíram-se novos edifícios, levantaram-se fábricas de açúcar: cresceu a população” (COELHO, 1877: 65); foi um governador “justiceiro e humano” (PAIVA, 2003: 36). José Pereira Pinto (1786-91), “hábil militar, reparou as ruínas dos edifícios reais: fez aparelhar alguns pequenos vasos para o serviço da marinha: promoveu a agricultura, a plantação de café [...]. Não deu execução à ordem bárbara de mandar inutilizar os teares de que se servia a pobreza para o tecido do pano chamado da terra” (PAIVA, 2003: 36). João Alberto de Miranda Ribeiro (1793-1800) “organizou as milícias, disciplinou a tropa, e muito concorreu para dar ao povo certo grau de civilização” (PAIVA, 2003: 37).

Oswaldo Cabral, posteriormente, apresentou essa distinção cronológica de forma mais clara, mas não menos ingênua. Dividiu ele o período que vai de 1738 a 1822 em dois momentos: o primeiro, que dura até a invasão de 1777, caracterizado pela decadência progressiva da colônia; o segundo, de 1778 até a Independência, época de reflorescimento da capitania, administrada pelos governadores reconstrutores (CABRAL, 1937: 98).

Se determinados acontecimentos destacados por essa historiografia acerca das gestões dos governadores nos dão elementos e pistas objetivas sobre várias questões, o mesmo não se pode dizer do juízo que fizeram entre bons e maus governos.

Segundo as fontes disponíveis, se compararmos os perfis, tanto no que diz respeito à posição social e nobiliárquica, quanto à experiência militar, dos sete governadores nomeados para a ilha de Santa Catarina após a ocupação espanhola (1778-1807) com os oito do período precedente (1738-1777) não se identificarão significativas alterações (SILVA, 2008). Eram todos militares com larga experiência no exército; a patente militar que tinham, ou alcançavam, no momento da nomeação era de coronel de infantaria; e provinham de uma nobreza simples, adquirindo títulos honoríficos mais em função dos serviços prestados ao império do que por nascimento. Nota-se, todavia, que, por força das exigências do governo, eles se tornaram cada vez mais políticos e administradores. A carreira militar continuava sendo, e seria por muito tempo ainda, o percurso natural com que galgavam um posto de governo e constituía-se mesmo como aquilo que com mais honra e orgulho eles apresentavam em suas folhas de serviço, ou memoriais. Mas, passados os dez anos iniciais de instalação daquela praça militar (1739-1748) e os quinze anos de conflitos no sul (1762-1777), os governadores puderam se ocupar mais livremente da organização política e econômica daquele estabelecimento. Não se quer dizer com isso que existiram tipos sociais distintos e bem definidos entre um momento e outro, mas apenas destacar que as ações militares foram cedendo lugar, pouco a pouco, às atividades administrativas e intelectuais, o que se fez sentir na qualificação de alguns dos governadores.

A chegada da frota espanhola à ilha de Santa Catarina não foi de modo algum surpresa para as autoridades portuguesas e nem tampouco para a sociedade luso-americana. Já em meados da década de 1770, havia informações seguras sobre a armada que o rei Carlos III mandava montar nos portos espanhóis. Só não sabiam qual seria o seu destino certo na costa da América portuguesa. Conjecturava-se que poderia ser na Bahia, no Rio de Janeiro, ou noutras praças do Sul. Acreditava o marquês de Pombal

que um dos possíveis alvos seria mesmo a ilha de Santa Catarina, como se pode depreender em sua carta ao vice-rei marquês do Lavradio, de 18 de setembro de 1774. Escrevia ele que

a conquista da importante ilha de Santa Catarina tem feito um dos principais objetos das expedições da Corte de Madrid. Para que V. Ex<sup>a</sup> haja de dobrar as cautelas, e as forças necessárias para a conservação da referida ilha: fazendo executar tudo o que a este respeito lhe preveni na minha instrução de 9 de julho próximo precedente (CARNEIRO, s.n.t: 34).<sup>9</sup>

Essa hipótese foi se tornando cada vez mais plausível a medida que se acirravam os conflitos na fronteira meridional e do próprio fato do Rio Grande de São Pedro ter sido reconquistado pelos portugueses em 1776. Cevallos sabia que com o domínio da ilha de Santa Catarina estaria bloqueando a comunicação dos exércitos portugueses entre o Rio de Janeiro e o extremo-sul o que, com efeito, acabou acontecendo em fevereiro de 1777.

Como decorrência desse fato houve a desestruturação política, administrativa e militar daquele estabelecimento colonial português. O governo foi desarticulado e grande parte das tropas se desfez; muitos soldados desertaram, regressando aos seus locais de origem, refugiando-se em povoados próximos, ou mesmo fugindo para o sertão adentro.<sup>10</sup> Muitos foram também parar no Rio Grande de São Pedro. José Marcelino de Figueiredo, governador daquele continente, em carta ao vice-rei, dizia que havia recolhido nas imediações de Laguna alguns desertores da ilha e juntado com outros, que já passavam de quatrocentos homens.<sup>11</sup> As tropas que permaneceram fixaram-se nas proximidades do rio Cubatão, no continente, e a elas se agregariam mais

---

<sup>9</sup> CARNEIRO, Carlos Silveira (Almirante). *Enciclopédia de Santa Catarina*. s.n.t., (v. 2), n. 34. O marechal de campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, comandante das tropas de Santa Catarina, em carta ao general João Henrique de Böhm, de 2.9.1775, estava também convencido disso: “a notícia de que os castelhanos se acham com toda a força armando navios em todos os seus portos com o destino de passarem ao nosso Brasil, e como esta ilha é, que embarçada, pode cortar todo o socorro, que é preciso para esse continente, julga-se que será o primeiro lugar, que eles possam atacar”. Correspondência passiva do general Böhm. *ABNRJ*, v. 103, 1983, carta n. 48, p. 59.

<sup>10</sup> No meio da expedição que, em 1787, fazia o alferes Antônio José da Costa de abertura do caminho do sertão (da vila de Desterro à vila de Lages) ele “encontrou um quilombo com um negro e uma negra, que havia 18 anos estavam vivendo naqueles desertos; no seu rancho se acharam alguns restos de fardamentos, e outros fragmentos, com 46\$280 réis pertencentes aos soldados que desertaram no tempo da invasão entre os quais ia também um sargento de artilharia, Marcelino Amador dos Santos, sobrinho do coronel do mesmo Regimento, que ao corpo militar da ilha. Como ocorria em praticamente toda a América, o recrutamento junto com os outros morreram naqueles bosques cansados, faltos de sustento e de caminho que os conduziu a povoado”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), F. 86, cód. 106, v. 10, of. 02. Carta do governador José Pereira Pinto ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 24.5.1787.

<sup>11</sup> Devo essa informação a Fábio Kühn que, segundo ele, consta em BNL, cód. 10.854.



219 praças da cavalaria auxiliar enviado por terra pelo governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para fazer “a mais vigorosa barreira aos inimigos”.<sup>12</sup> Além disso, as atividades pesqueiras das duas armações na ilha, a da Piedade e a da Lagoinha, foram interrompidas no tempo da ocupação (pelo menos da administração portuguesa), e alguns lavradores refugiaram-se em povoados do continente.

Contudo, é preciso relativizar essa ideia de desorganização total e inutilização de todos os trabalhos feitos até ali naquela colônia. Trata-se de um ponto de vista da monarquia portuguesa, que perdia um estabelecimento colonial chave nos domínios do império na fronteira-sul da América.

Qual deve ter sido a percepção e reação dos povoadores à ocupação espanhola? Difícil saber. Podemos, entretanto, com base nalguns indícios refletir sobre isso.

Inicialmente, deve-se considerar que, se houve soldados e povoadores que fugiram com a invasão – fato sempre muito destacado pelas autoridades portuguesas e reproduzido pela historiografia –, houve também aqueles que ficaram desenvolvendo suas habituais atividades e até colaborando à subsistência dos novos comandantes da ilha e seu exército. Assim que as tropas espanholas tomaram as fortalezas, já vazias pela debandada do exército português momentos antes para o interior do continente, ocorreu um princípio de anarquia, com saques às casas dos povoadores, como narra o biógrafo de Cevallos:

Em vista del abandono hecho de las defensas de las islas y de los saqueos que se habían entregado los negros y criollos, envió Cevallos un cuerpo de ejército y mandó publicar un bando por el que se imponía la pena de muerte a todo soldado marino o dependiente del Ejército que maltratara, robara o causara cualquier especie de daño, a los moradores de la Isla (BARBA, 1978: 259).

Temendo todos, logrou o General, por este meio, restabelecer a boa ordem naquele estabelecimento; conseguiu que os povoadores fugitivos se restituíssem às suas casas; que os pescadores e alguns vivandeiros contribuíssem à manutenção do exército e que se devolvessem vários negros que haviam sido conduzidos aos navios de guerra (LOBO, 1875: 69). Nos termos da capitulação há, inclusive, uma resolução em que Cevallos se compromete a preservar a integridade dos habitantes da ilha (MOSIMANN, 2003).

---

<sup>12</sup> Arquivo do Estado de São Paulo. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 79, p. 80. Carta do governador de São Paulo ao capitão Manuel Gonçalo Leite de Barros, em 9.8.1777.

As guerras costumam trazer destruição, sofrimento e perdas materiais e humanas. Mas, paradoxalmente, não é incomum que tragam, às vezes, desenvolvimento econômico às regiões em litígio. E foi isso que aconteceu com a ilha de Santa Catarina. O palco principal dos conflitos entre portugueses e espanhóis no terceiro quartel do século XVIII não era a ilha (a ação de Cevallos foi sem dúvida ousada, porém sem causar graves confrontos, nem mortes), mas a vila do Rio Grande de São Pedro e parte daquele continente. Nos treze anos de ocupação castelhana daquele território (1763-1776) a ilha serviu de base estável para as estratégias de defesa e de reconquista do exército português, o que trouxe como resultados o crescimento demográfico (principalmente por causa da transferência de tropas para a ilha) e investimentos da Coroa com o pagamento dos soldos, construção de novas casas e quartéis.

Segundo a avaliação do governador Miranda Ribeiro, em 1797, em todo o tempo do governo de Pedro Antônio de Gama Freitas (1775-1777), “se viu esta ilha muito abundante de fornecimentos e de dinheiro” e que, embora não fosse suficiente para satisfazer as dívidas atrasadas, pôde construir alguns edifícios particulares, se aumentou o comércio e, como consequência natural, aumentou a “produção do giro da moeda no país”.<sup>13</sup> E completava: nunca antes havia ocorrido tanto movimento de barcos e gentes no seu porto; nunca antes tinha se visto tanta circulação de mercadorias e dinheiro naquele povoado.

Apresento a seguir dois quadros, um demográfico e outro do contrato dos dízimos, que revelam o crescimento social e econômico da capitania de Santa Catarina na segunda metade do século XVIII.

Não se pode aferir com precisão a população das colônias americanas no século XVIII. O que se tem são meras estimativas – às vezes grosseiras – feitas por militares portugueses ou viajantes estrangeiros. Algumas incluíam os inocentes (crianças de 0 a 7 anos), outras não; havia recenseamentos que faziam listas específicas do contingente militar, outras que incluíam eles no quadro geral. Não obstante todas essas dificuldades, no confronto das fontes disponíveis, é possível trabalhar com algumas aproximações razoáveis.

---

<sup>13</sup> Arquivo Histórico Ultramarino-Santa Catarina (AHU-SC), cx. 6, doc. 386. Relatório de João Alberto de Miranda Ribeiro à rainha d. Maria I, em 16.11.1797, fl. 09.

Quadro 1  
Levantamentos populacionais do governo da Ilha de Santa Catarina (1739-1806)

	1739	1753	c.1756	1796	1803	1805	1806
Ilha de Santa Catarina	> 900	4.820	4.584	9.160	11.144	10.599	11.016
Localidades no continente sob a jurisdição da Ilha de S. Cat.	Enseada de Brito	?	172	212	1.091	1.315	1.393
	São José	?	503	533	2.091	2.192	2.833
	São Miguel (e Ganchos)	?	441	481	2.758	3.475	3.339
	Vila do Rio de São Francisco	?	?	2.299	4.453	?	5.485
	Sant'Ana (Vila Nova)		312	382	1.109	?	1.617
	Vila de Laguna	?	234	557	3.203	?	5.684
<b>Total</b>		<b>6.482</b>	<b>9.048</b>	<b>23.865</b>	<b>?</b>	<b>29.109</b>	<b>30.162</b>

Fontes: para o ano de 1739 – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 109 a 112, 1948, p. 101. Projeção de José da Silva Paes, em 30.4.1739, quando chega à ilha de Santa Catarina; para 1753 - AHU-SC, cx. 2, doc. 92. “Mapa das Freg.<sup>as</sup> q. tem a Ilha de S.<sup>ta</sup> Cathr.<sup>a</sup>, e seu Contin.<sup>te</sup> com distinção do n. de uns e outros casais e Comp.<sup>as</sup> de Ordenança, e n. das almas q. contem, ano de 1753” encaminhado pelo governador José de Melo Manoel ao Conselho Ultramarino, em 30.11.1753; para 1756 - AHU-SC, cx. 1, doc. 67. “Mapa das Freg.<sup>as</sup> q. tem a Ilha de S.<sup>ta</sup> Cathr.<sup>a</sup>, e seu Contin.<sup>te</sup>...” encaminhado pelo governador José de Melo Manoel para o Conselho Ultramarino; para 1796 – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 245, 1959. Relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei conde de Resende, em 17.11.1797. “Resumo geral de toda a população pertencente ao governo da ilha...”; para 1803 - AHU-SC, cx. 8, doc. 454. “Resumo da população em particular dos sete distritos q’ pertencem a vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina extraído do Mapa geral que deram os comandantes dos mesmos distritos no ano de 1803”; para 1805 - AHU-SC, cx. 9, doc. 501. Mapas encaminhados pelo gov. Luís Maurício da Silveira ao visconde de Anadia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 2.6.1806; para 1806 - AHU-SC, cx. 12, doc. 14. Mapas encaminhados pelo gov. Luís Maurício da Silveira ao visconde de Anadia, em 8.6.1807.

Considerando os contingentes militares de primeira e de segunda linha transferidos para a ilha nas décadas de 1760 e 1770, do ingresso de escravos africanos (evento sobre o qual poucas informações se dispõem), e do crescimento natural da população, pode-se justificar melhor o significativo aumento demográfico da capitania de mais de 160% entre 1756 e 1796.

Difícil também é mensurar a produção econômica desses estabelecimentos coloniais. Todavia, é possível fazer uma estimativa de seu montante ou, pelo menos, uma análise comparativa com o de outros espaços coloniais, tendo como parâmetro o valor arrematado nos contratos do dízimo.

Antigo tributo eclesiástico correspondente à décima parte de tudo aquilo que se produzia, o dízimo foi cedido pela Igreja, nas conquistas portuguesas, à Ordem de Cristo. Como o monarca era o grão-mestre da Ordem, esse tributo passou a ser arrecadado pela Coroa (PRADO Jr, 1999: 321). Na maioria das vezes, ela transferia o direito da coleta do tributo, por meio de um “contrato” firmado, geralmente por três anos, ao arrematante que oferecesse o maior lance. Segundo o historiador Stuart Schwartz, os contratos dos dízimos são, pois, “uma estimativa feita por alguém bem

informado do valor da produção”. O contratador tinha uma ideia aproximada e, provavelmente, uma capacidade muito melhor de estimar o preço dos principais gêneros produzidos, embora, evidentemente, não pudesse prever secas, inundações e guerras. Portanto, ainda que os dízimos não possam ser considerados como o reflexo exato da produção “é uma indicação do valor provável desta última, baseado na melhor estimativa de um observador interessado e, como tal, é um índice razoavelmente bom da situação econômica” (SCHWARTZ, 1988: 154).

Quadro 2

Rendimentos anuais dos dízimos na Provedoria da Ilha de Santa Catarina (1756-1802)

Anos	1756	1759	1762	1768 <sup>14</sup>	1772	1780	1786	1789	1795	1802
Dízimos	1:600\$	1:665\$	1:665\$	2:800\$	4:600\$	4:720\$	4:786\$	4:920\$	5:066\$	5:066\$

Fonte: Para os anos de 1756 a 1772: (OSÓRIO, 2007: 225-232), ANRJ, F. 86, Cod. 106, v. 2, fl. 43 e 62; ANRJ, F. 86, Cod. 109, v. 1, fl. 2; Para os anos de 1780 a 1802, utilizou-se os relatórios de conta corrente dos cofres da Provedoria da Real Fazenda da Ilha de Santa Catarina existentes no ANRJ, F. 86, cód. 106, v. 03 (1780); v. 9 (1786); v. 12 (1789); v. 13 (1795); e v. 15 (1802).

Multiplicando esses números por dez obtêm-se, portanto – ressaltando todos os desvios que esse cálculo possa oferecer –, as estimativas da produção desse estabelecimento. É interessante observar que a estabilidade no valor dos arremates, apresentando uma curva ligeiramente ascendente, aponta para um negócio seguro e rentável, ou seja, a produção não deve ter sido em nenhum momento subestimada, pois, caso contrário, não se renovariam os contratos por preços superiores.

Analisando a evolução dos dízimos, percebe-se, no período de 1756 a 1762, um tímido crescimento da produção, mantendo-se quase que estagnada. Depois, nos dez anos seguintes, registra-se um aumento significativo de cerca de 176% e, no período subsequente, de 1772 a 1802, ela volta a apresentar-se praticamente estacionária. Ao aumento expressivo registrado entre 1762 e 1772 correspondeu também um crescimento da população, já analisado anteriormente. A ocupação espanhola do Rio Grande entre 1763 e 1776, que desorganizou a estrutura produtiva daquela fronteira nesse período, refletiu de maneira positiva para a economia de Santa Catarina.

Há que se considerar ainda que as relações entre as autoridades civis e militares portuguesas com a sociedade colonial não era de plena harmonia e nem se pode dizer que havia uma identidade entre esses diferentes grupos. Os vínculos institucionais que ligavam o monarca aos súditos no Antigo Regime – as graças e mercês do príncipe com

<sup>14</sup> Valor da arrematação por 11 meses.

a doação de terras, a nobilitação dos indivíduos, as patentes militares e, sobretudo, a execução da justiça – eram frágeis, ou pelo menos recentes, nessa parte do império. Reciprocamente, frágeis deviam ser também os compromissos de fidelidade dos súditos para com o monarca. Os povoados da ilha de Santa Catarina e do continente fronteiro remontam ao final do século XVII, formados por famílias oriundas – e em sua grande maioria naturais – das pequenas vilas de São Paulo, Santos e São Vicente. Um movimento migratório de caráter muito mais espontâneo do que oficial. Um governo português mais estruturado do ponto de vista político-administrativo só ocorreria, de fato, em meados do século XVIII, quando também se conduziu para aqueles territórios os *casais das ilhas*, cerca de 7000 pessoas dos arquipélagos de Açores e da Madeira.

Como podemos constatar em trabalho anterior foi comum, no terceiro quartel do século XVIII, o confisco arbitrário e, às vezes violento, das produções agrícolas daqueles povoadores, sobretudo da farinha de mandioca, para sustendo das tropas militares. Fato que causava ódio aos civis a esse modo de governar, já que o pagamento desse confisco, quando feito, vinha com muito atraso (SILVA, 2008: 203-209). Outro problema corrente nesse período foi o recrutamento dos lavradores ao corpo militar da ilha. Como ocorria em praticamente toda a América, essas convocações eram temidas por muitos, devido ao regime severo e muitas vezes cruel do disciplinamento militar. Além do que, os soldos, quando pagos, chegavam com atraso de meses ou até de anos.

Em carta ao vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza de 7 de julho de 1779, o governador da ilha Francisco de Barros Moraes informava que o comandante da vila de Laguna estava há 18 meses sem receber pagamento para sua guarnição e que para a subsistência dos soldados estava constringendo os pescadores para que fornecessem peixe a eles. Constringimento esse que, depois de tantos meses de opressão, podia “arrebentar com alguma má consequência”.<sup>15</sup>

Ocorreu, no entanto, algumas vezes um fato que, ao ser publicizado, provocou ainda maior indignação aos moradores da ilha. Nos momentos de maior crise financeira, quando praticamente se deixara de pagar qualquer soldo aos militares, salário aos funcionários e cômmodas aos párocos, registravam-se entradas de numerário na Provedoria de Santa Catarina, de remessas enviadas do Rio de Janeiro, mas que se

---

<sup>15</sup> ANRJ, F. 86, cód. 106, v. 1, of. n. 3. O coronel Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem governou a ilha de Santa Catarina de 1779 a 1786. Antes dele, ela foi governada pelo coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, que foi quem a recebeu formalmente, em 31.7.1778, do marechal de campo espanhol Guilherme Waughan.

destinavam integralmente para o pagamento da guarnição do Rio Grande.<sup>16</sup> Ou seja, o vice-rei priorizava a manutenção das tropas na fronteira-sul em detrimento das de Santa Catarina.

Em 21 de março de 1783, em outro ofício o governador expõe o problema ao vice-rei:

Quando chegaram os oficiais com o coronel [Francisco João] Roscio, não se descuidaram os desta ilha, sabendo que vinha um pagador com dinheiro, de lhes perguntar se vinha também para esta tropa: conhecendo então pela resposta que não vinha, que lá não havia para o remeter [...] foi e tem sido uma geral consternação; têm falado ou murmurado em particular uns com outros (sem que até ao presente, contudo, seja por modo criminoso) pela quase extrema necessidade em que se acham [...]. Não têm eles que comer, que vender ou empenhar, salvo se for o uniforme e as camisas; nem ache quem lhes fie, porque como a experiência mostra que não têm soldos nem por onde paguem, ninguém lhes quer emprestar [...]: a necessidade vai crescendo de forma que os oficiais se têm metido a pescadores (até agora por modo descente) para terem eles e suas famílias alguma coisa que comer, mas brevemente lhes será necessário fazê-lo por ofício.<sup>17</sup>

Se, no passado, nos momentos críticos de guerra com os espanhóis, os lavradores foram recrutados para servir no Exército, agora ocorria um movimento inverso, a falta prolongada no pagamento dos soldos obrigava os soldados a fazerem-se lavradores ou pescadores, e tiveram eles, como se pôde ver, a permissão do governador para isso. Nem podia ser diferente. As circunstâncias exigiam mesmo um afrouxamento das regras. Francisco de Barros Moraes, sem se embaraçar com o regulamento, passou a conceder licenças aos soldados e oficiais inferiores, mesmo nos meses em que essas eram proibidas.

Procurando sensibilizar ainda mais o vice-rei para as nefastas consequências que poderiam advir daquela situação em que se encontrava a ilha de Santa Catarina, o governador tocou num dos pontos talvez mais delicados na governança das conquistas: a falta de fidelidade dos súditos para com o soberano. Nada podia ser mais agressivo e desonroso para o vice-rei, nesse contexto em que as feridas da invasão de 1777 encontravam-se ainda abertas, do que a ameaça de ter seus vassallos em harmonia com a nação invasora. No mesmo ofício anterior, dizia Francisco de Barros Moraes:

---

<sup>16</sup> ANRJ, F. 86, cód. 106, v. 9, “Conta-corrente dos cofres da Provedoria... janeiro de 1786”; v. 10, ibidem, março de 1787; v. 11, ibidem, julho de 1788; v. 12, ibidem, fevereiro de 1789.

<sup>17</sup> ANRJ, F. 86, cód. 106, v. 6, of. 6. Do governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 21.3.1783.

quando vim para esta ilha e dentro dos primeiros seis meses, nas ocasiões em que os paisanos me visitavam, se na prática se vinha a falar nos espanhóis (o que nos paisanos era frequente) tudo era gabá-los de boa gente, carregando no ponto de que pagavam tudo prontamente, e por grande preço, que não tomavam coisa alguma, que girava muito dinheiro, e que alguns ilhéus se enriqueceram com o que lhes venderam: eles não diziam mais, porém, via eu, que no fundo do seu coração, amavam o governo espanhol, pela frequência com que dele falavam, e por quê. Se em outras ocasiões se falava nos meus antecessores, e na Fazenda Real, tudo era lastimarem-se que nada ou pouco se pagava, que se tomavam as farinhas aos lavradores, e que se estavam devendo de há muitos anos, motivo porque se não cuidava como devia na sua cultura, que se deviam muitos jornais, muita cal, madeiras, fazendas etc., e que por estas expressões percebia eu neles uma aversão a este modo de governar.

Talvez, mais do que o problema da infidelidade dos súditos, a grande preocupação do governador fosse justamente a redução do seu poder e a dificuldade em administrar naquelas precárias condições. Os governadores tinham também “aversão a este modo de governar”. De qualquer forma, seu interessante relato nos leva a problematizar a dramaticidade da ocupação espanhola da ilha. Alguns povoadores, e também militares, não só permaneceram na ilha – ou regressaram a ela – após a invasão, mas, possivelmente, levaram suas vidas de maneira habitual, desenvolvendo suas atividades profissionais como antes, ou até com maior sucesso no período da ocupação.

Já se disse que um acontecimento pode ser irrelevante no momento em que ocorre e se revelar historicamente significativo no futuro ou, de maneira inversa, pode aparecer como impactante aos contemporâneos e se mostrar anódino no futuro (SCHAFF, 1986: 274). Poderíamos acrescentar ainda que os eventos não provocam o mesmo impacto, a mesma força, nos diferentes níveis sócio-históricos – político, econômico, social e mental. Podem ser decisivos para mudanças em determinada esfera e insignificantes noutras. O evento que analisamos aqui, a tomada da ilha por Cevallos, em fevereiro de 1777, foi dramático no plano político, da monarquia portuguesa, com desdobramentos importantes, pelo menos num futuro breve, como a deposição e prisão dos oficiais do exército envolvidos, e também de ter sido um dos pontos significativos a ser negociado no Tratado de Santo Ildefonso de 1 de outubro de 1777. (Evidentemente que, caso a ilha permanecesse sob o domínio espanhol a história seria diferente e o impacto do evento seria bem maior.)

Foi também dramático no plano cultural e simbólico, mas aqui, mais uma vez do ponto de vista das autoridades portuguesas, pois a “queda da ilha”, da maneira como ocorreu, manchou a honra lusitana, nesse tempo em que tais valores eram fundamentais na distinção militar e social. Os memorialistas, cronistas e historiadores, construtores de

identidades, tratariam de alimentar na memória social o fato como vergonhoso, demarcando o ano de 1777 como de recomeço, de refundação. Como escreveu o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, entrava-se nela “assim como em uma nova Conquista”.<sup>18</sup>

Entretanto, se pensarmos na história social daquele estabelecimento o evento não deve ter sido tão dramático assim. Tirando o instante de anarquia e de violências provocado pelo lapso de tempo entre a debandada do exército português e o estabelecimento do poder espanhol, a vida daquele povoado retomou sua normalidade.

Acostumamo-nos a pensar a história da colonização ibero-americana como de intenso conflito entre os impérios, como se esses impérios fossem entidades perfeitamente constituídas nos planos políticos, territorial e identitários. Se da perspectiva dos Estados monárquicos ibéricos a expansão das conquistas se fazia mais pelo signo da divisão, da demarcação dos limites jurisdicionais de soberania, para os coloniais essa expansão representava a aproximação e o contato com o outro, muitas vezes de maneira amistosa.

### **Referências Bibliográficas**

ALDEN, Dauril (1968). *Royal government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press.

BARBA, Enrique M. (1978). *Don Pedro de Cevallos*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Rioplatense [1ª ed. 1937].

BOITEUX, José Arthur (1929). *Santa Catharina nos tempos d'El-Rey Nosso Senhor*. Florianópolis: Tip. São José (Conferência no Centro Popular de Florianópolis, em 21 de abril de 1928).

CABRAL, Oswaldo (1937). *Santa Catarina: história – evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Col. Brasileira, vol. 80).

CARNEIRO, Carlos Silveira (s.n.t). *Enciclopédia de Santa Catarina*, (v. 2), n. 34.

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida (1877). *Memória histórica da província de Santa Catarina*. 2. ed. Desterro: Tip. J. J. Lopes, [1. ed. 1853].

LOBO, Miguel (1875). *Antiguas Colonias Hispano-Americanas*. Desde su descubrimiento hasta el año mil ochocientos ocho. Madrid: Imprenta y librería de Miguel Guijarro, Tomo III.

---

<sup>18</sup> AHU-SC, cx. 6, d. 386, fl. 9. Relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro à rainha d. Maria I, em 16.11.1797.



MEMÓRIA histórica da província de Santa Catarina (1913), relativa as pessoas que a tem governado. (Anônima, 1821). *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 2.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego (1979). A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. IV.

MOSIMANN, João Carlos (2003). *Ilha de Santa Catarina, 1777-1778: a invasão espanhola*. Florianópolis: Ed. do autor.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira (2003). Notícia geral da província de Santa Catarina. In: DICIONÁRIO topográfico, histórico e estatístico da província de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, (Col. Catariniana, 5), [1ª ed. 1868].

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes (1978). *A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Política Externa), UnB, Brasília.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (1982). Resumo histórico da província de Santa Catarina. *Anais da Província de São Pedro*, Porto Alegre, Mercado Aberto, [1ª ed. c. 1832]. (Série Documenta 11)

PRADO JÚNIOR, Caio (1999). *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense.

ROSA, Vieira da (1944). A vergonha de 1777. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, v. XIII, 2º sem.

SANTILLÁN, Diego (1961). *Gran Enciclopedia Argentina*. Buenos Aires, Tomo VII.

SCHAFF, Adam (1986). *História e verdade*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.

SCHWARTZ, Stuart B (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Augusto da (2008). *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (tese de doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

TOLOZANO, Antônio de Ville (1708). *O governador de praças, obra muito útil, e necessária não só para os governadores de praças, que quiserem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presídios*. Lisboa.